

EXCLUSÃO SOCIAL

A exclusão social é um neologismo que denota um processo caracterizado pelo afastamento de pessoas de todas as instâncias da vida social. Por ser, no entanto, um processo polissêmico e bastante subjetivo, dificilmente há um consenso sobre o que realmente seria a exclusão social. No contexto histórico, muitas vezes está intrinsecamente ligado ao capitalismo, sendo uma condição tardia ou falha de organização social que poderia ser evitada com políticas de inclusão social. Porém, outros autores e estudiosos defendem que não se trata de um produto capitalista, mas sim de uma condição da vida em comunidade e social: Excluídos são todos os que não participam dos mercados de bens materiais ou culturais.

Sendo a "Exclusão social" esse um neologismo procedente da ideologia neoliberal, expressando a ideia de substituição do fundamento do capitalismo (a divisão da sociedade em classes e o domínio de certas classes sobre outras), pois parte dos trabalhadores passou a ser excluída das condições de reprodução criadas pela ideologia liberal, como por exemplo, os direitos civis.

A exclusão social pode se dar nas seguintes instâncias: Grupos sociais - etnias, religião, cultura; Gênero - mulheres e homens; Orientação sexual; Idade. Aparência; Condição social etc.

A pobreza pode, por exemplo, levar a uma situação de exclusão social: no entanto, não é obrigatório que estes dois conceitos estejam intimamente ligados. Um trabalhador de uma classe social baixa pode ser pobre e assim mesmo estar integrado na sua classe e comunidade. Deste modo, fatores/estados como a pobreza, o desemprego ou emprego precário, as minorias étnicas e ou culturais, os deficientes físicos e mentais, os sem-abrigo, trabalhadores informais e os idosos podem originar grupos excluídos socialmente, mas não é obrigatório que assim o seja.

No Brasil

A exclusão social não cessou no Brasil no período de 1980 a 2000 (Redemocratização), devido ao crescimento da violência e do desemprego, como revela o Atlas da Exclusão Social. Segundo o Atlas da Exclusão Social no Brasil, publicação de 2014 realizada por iniciativa dos economistas Alexandre Guerra, Marcio Pochmann e Ronnie Aldrin Silva, o Brasil apresentou evolução nos quesitos "gasto social", "expansão econômica e redução de número de domicílios habitados por pessoas com renda de até meio salário-mínimo por mês. Ressalta-se, quanto a este último quesito, que 77,2 por cento das cidades da região nordeste do Brasil não conseguem melhorar este índice.

Segundo Guerra (Et al, 2014), no ano de 2010, o Índice de Exclusão Social (IES) foi de 0,63 no Brasil. Em grande medida, os estados das grandes regiões geográficas do Norte e Nordeste foram os principais responsáveis pela situação geral do Índice de Exclusão Social. Alagoas (0,46), Maranhão (0,46) e Pará (0,46) constituem os estados com os piores Índices de Exclusão Social no ano de 2010. No outro extremo, destacam-se os estados de Santa Catarina (0,74), São Paulo (0,72) e Rio Grande do Sul (0,70). A diferença entre os estados de maior e de menor grau de exclusão social foi 60,9% em 2010. Dos 26 estados da federação, mais o Distrito Federal, somente 10 apresentaram, em 2010, índice de exclusão superior ao medido nacionalmente (0,63). Ou seja, 2/3 do total dos estados da federação apresentam índices de exclusão abaixo da média nacional. Para a medida parcial da pobreza no Índice de Exclusão Social, percebe-se que foi de 0,67 em 2010. Ou seja, 6,3% acima da medida nacional da exclusão social no Brasil. Tratando das unidades da federação, constata-se que os estados do Maranhão (9,34), Alagoas (0,40) e Piauí (0,41) apresentaram maior grau de exclusão em termos de pobreza do Brasil em 2010. Santa Catarina (0,89), Distrito Federal (0,84) e Rio Grande do Sul (0,83) foram os estados com menores graus de exclusão social em pobreza. A desigualdade entre o maior e o menor grau de exclusão em pobreza foi de 2,6 vezes entre as unidades da federação brasileira.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou nesta quarta-feira (6/5) dados levantados pelo módulo Rendimento de Todas as Fontes, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Segundo as informações, em 2019, o rendimento médio mensal real do trabalho da parcela da população com rendimentos mais elevados, 1%, era de R\$ 28.659. Em contraponto, 50% da população com menor rendimento ganham R\$ 850, mais de 33 vezes menos que o valor recebido pelo 1% citado. Ainda de acordo com os dados, uma parcela de 10% da população com rendimentos menores detinha um total de 0,8% da massa de rendimento médio mensal real domiciliar per capita. Isso equivale a cerca de R\$ 2,35 bilhões em 2019. Do total, 294,4 bilhões, os 10% que concentram maiores rendimentos correspondiam a 42,9% do montante, cerca de R\$ 107 bilhões. Em relação ao rendimento de todos os trabalhos, o Índice de Gini — criado por Conrado Gini, um matemático italiano, o índice mede o grau de concentração de renda em determinado grupo — para o rendimento de todos os trabalhos ficou estável: 0,509 em 2018 e 2019. Ao analisar o Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita, nota-se uma pequena queda. Em 2018 o valor era 0,545; já em 2019, o valor sofre uma ligeira redução, passando para 0,543. Ao todo, em 2019, 131,2 milhões de pessoas residiam no Brasil. Deste total, 62,6% tinham algum tipo de rendimento. Pessoas que recebem pensão ou aposentaria representam 14,7%, número que mostra estabilidade em relação ao ano anterior, quando o percentual era de 14,6%. Já em 2012, o percentual era 13,1%, 1,6 ponto percentual abaixo do registrado 7 anos depois." (<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/05/06/interna-brasil,851947/pesquisa-do-ibge-aponta-crescimento-na-desigualdade-social-em-2019.shtml>)